

VOTO Nº 294/2024/SEI/DIRETOR-PRESIDENTE/ANVISA

Processo nº 25351.809092/2024-12
Expediente nº 0937344/24-9

Analisa a solicitação de autorização para importação, em caráter excepcional, do **medicamento deferasirox 125 mg, fabricado por Sun Pharmaceutical (Índia)** para atendimento aos pacientes com com sobrecarga crônica de ferro.

Requerente: MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)

Posição do relator: Favorável

Área responsável: GADIP

Relator: Antonio Barra Torres

1. Relatório

Trata-se de pleito do Ministério da Saúde (MS), encaminhado por meio do Ofício Nº 585/2024/SECTICS/COGAD/SECTICS/GAB/SE (3044113), solicitando autorização para a importação em caráter excepcional de 100.020 comprimidos dispersíveis, do medicamento deferasirox 125 mg, fabricados por Sun Pharmaceutical (Índia), referentes à **APO 24-00008591**, adquiridos via Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), para atendimento aos pacientes com sobrecarga crônica de ferro.

2. Análise

2.1 Do Registro na Anvisa 3047962

Após buscas ao sistema de dados da Anvisa, foi verificado que o medicamento DEFERASIROX, na concentração de 125mg, fabricado pela empresa Sun Pharmaceutical Industries Limited - Índia, NÃO possui registro VÁLIDO na Anvisa. Mas encontramos registro válido de outro medicamento contendo os princípios ativos DEFERASIROX, segue as informações:

| TIPO | NOME | CONCENTRAÇÃO/FORMA FARMACÊUTICA | REGISTRO | PRINCÍPIO ATIVO | EMPRESA | VENCIMENTO |
|---------|----------|-----------------------------------|-----------|-----------------|-------------------------|------------|
| NOVO | EXJADE | 125 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 100681040 | DEFERASIROX | NOVARTIS BIOCENCIAS S.A | 01/2026 |
| SIMILAR | DESAIRON | 125 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 102351222 | DEFERASIROX | EMS S/A | 07/2027 |

| | | | | | | |
|----------|-------------|-----------------------------------|-----------|-------------|---|---------|
| GENÉRICO | DEFERASIROX | 500 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 106460220 | DEFERASIROX | LABORATÓRIO QUÍMICO FARMACÊUTICO BERGAMO LTDA | 08/2031 |
| GENÉRICO | DEFERASIROX | 125 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 104070108 | DEFERASIROX | INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A | 12/2028 |
| GENÉRICO | DEFERASIROX | 125 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 155730054 | DEFERASIROX | TEVA FARMACÊUTICA LTDA. | 08/2030 |
| GENÉRICO | DEFERASIROX | 125 MG /COMPRIMIDO PARA SUSPENSÃO | 125680278 | DEFERASIROX | PRATI DONADUZZI & CIA LTDA | 04/2029 |

2.2 Da pré-qualificação pela OMS

O produto em questão **NÃO é pré-qualificado pela Organização Mundial da Saúde**, no entanto foi comprovado o registro válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos de Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use - ICH) (3044119).

2.3 Do Certificado de Boas Práticas de Fabricação

De acordo com a bula e embalagem apresentadas 3044116, 3044117, o produto é fabricado pelo laboratório SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD. (Survey No. 259/15, Dadra-396 191, (U.T. of D & NH), Índia). Foi apresentado documento pela empresa SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL, CNPJ 05.035.244/0001-23 3057898, declarando que, de acordo com informações encaminhadas pelo fabricante SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LIMITED, código universal A.000997, o mesmo teve o seu endereço de estabelecimento alterado com base nas atualizações realizadas pela autoridade governamental local a partir de 18 de janeiro de 2023. Apresentou declaração, na qual consta que o endereço atual Survey No. 295/15, Dadra - 396-191, Union Territory of Dadra and Nagar Haveli, Índia foi atualizado para Survey No. 1012, Dadra - 396-193, U.T of Dadra and Nagar Haveli and Deman and Diu, Índia.

Com relação ao Certificado de Boas Práticas de Fabricação - CBPF, informamos que o fabricante tem CBPF válido aprovado pela Anvisa para Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos Revestidos, conforme exposto abaixo:

2.3.1 Publicação original

BRASIL: CBP - CERTIFICADOS DE BOAS PRÁTICAS

| Detalhes do registro | |
|----------------------|---|
| Descrição: | Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos |
| Status: | Vigente |
| Solicitante: | SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA |
| Processo: | 25351.321206/2018-59 |
| Empresa: | SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD. |
| Endereço: | SURVEY NO. 259/15, VILLAGE DADRA, U.T. OF DADRA & NAGAR HAVELI, 396 191 |
| País: | ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000997 |
| Solicitante: | SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA (conforme publicação) |
| CNPJ: | 05.035.244/0001-23 |

| | |
|--------------|---|
| Autorização: | 1046820 |
| Expediente: | 4307081/22-6 |
| Produto: | Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos Revestidos |
| Publicação: | Resolução nº4018/ANVISA de 12/12/2022 - pg:104 Publicação Original |
| Nota: | Certificado retificado no DOU de 08/04/2024 clique aqui |

2.3.2 Retificação

BRASIL: CBP - CERTIFICADOS DE BOAS PRÁTICAS

| Detalhes do registro | |
|----------------------|---|
| Descrição: | RETIFICAÇÃO |
| Status: | Vigente |
| Solicitante: | SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA |
| Processo: | 25351.321206/2018-59 |
| Empresa: | SUN PHARMACEUTICAL INDUSTRIES LTD. |
| Endereço: | SURVEY NO. 1012, VILLAGE DADRA, 396 193, U.T. OF DADRA & NAGAR HAVELI AND DAMAN AND DIU |
| País: | ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000997 |
| Solicitante: | SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA (conforme publicação) |
| CNPJ: | 05.035.244/0001-23 |
| Autorização: | 1046820 |
| Expediente: | 4307081/22-6 |
| Expediente: | 0245040/24-2 |
| Produto: | Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos Revestidos |
| Publicação: | Retificação ANVISA de 08/04/2024 - pg:127 Publicação Original |
| Nota: | Retifica o certificado concedido pela Resolução-RE nº 4.018, de 8 de dezembro de 2022, publicada no DOU de 12/12/2022 clique aqui |

2.4 Da admissibilidade da importação, em caráter de excepcionalidade, sob a égide da RDC nº 203/2017

Considerando as informações e documentação encaminhadas pelo MS, a importação em caráter excepcional, nesse caso, é amparada pelo Art. 3º (inciso I) da Resolução- RDC nº 203/2017, e atende o Art. 4º da mesma Resolução:

Art. 3º Poderão ser autorizados para importação, em caráter de excepcionalidade, os produtos sujeitos à vigilância sanitária cujo fármaco e/ou tecnologia se enquadrem em, pelo menos, uma das seguintes situações:

I - indisponibilidade no mercado nacional, bem como de suas alternativas terapêuticas ou produtos usados para a mesma finalidade devidamente registrados, quando existirem;

II - emergência de saúde pública de importância nacional, nos termos do Decreto nº 7.616, de 2011, ou de importância internacional (ESPII), conforme o Regulamento Sanitário Internacional;

III - imunobiológicos integrantes do Programa Nacional de Imunização, adquiridos por meio do Fundo Rotatório para Aquisições de Imunobiológicos da Organização Pan-americana da Saúde (Opas)/Organização Mundial de Saúde (OMS); ou

IV - doações oriundas de organismos internacionais multilaterais ou agências oficiais de cooperação estrangeira.

(...)

Art. 4º Os produtos a serem importados em caráter de excepcionalidade devem ser pré-

qualificados pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

§ 1º Quando o tipo de produto não for objeto de programas de pré-qualificação da OMS, poderá ser autorizada a importação mediante a comprovação de registro válido em país cuja autoridade regulatória competente seja membro do Conselho Internacional para Harmonização de Requisitos Técnicos de Produtos Farmacêuticos de Uso Humano (International Council for Harmonisation of Technical Requirements for Pharmaceuticals for Human Use - ICH) e de certificação de boas práticas de fabricação, ou documento equivalente, do país.

§ 2º Nas situações de emergência de saúde pública de importância nacional ou internacional, desde que justificada a impossibilidade de atendimento aos requisitos estabelecidos nos caput e § 1º deste artigo, poderá ser autorizada a importação mediante, pelo menos, a comprovação de registro válido no país de origem ou onde é comercializado.

(g.n.)

Ressalta-se que cabe ao Ministério da Saúde o monitoramento do uso do produto importado, nos termos da Resolução- RDC nº 203/2017 - senão vejamos:

Art. 5º Caberá ao Ministério da Saúde e entidades vinculadas:

I - solicitar, previamente à aquisição dos produtos de que trata esta Resolução, por meio de requerimento eletrônico e de apresentação da documentação pertinente, a expressa autorização da importação, em caráter de excepcionalidade, informando cronograma pretendido para a importação;

II - atestar, quando for o caso, a indisponibilidade dos produtos a serem importados, bem como de alternativas terapêuticas ou produtos usados para a mesma finalidade, devidamente regularizadas no mercado nacional;

III - verificar prazos de validade e estabelecer mecanismos para garantir condições gerais e manutenção da qualidade dos produtos importados, do transporte ao recebimento e armazenamento;

IV - prestar orientações aos serviços de saúde e pacientes sobre uso e cuidados de conservação dos produtos importados, bem como sobre como notificar queixas técnicas e eventos adversos a eles relacionados;

V - criar mecanismos para a realização do monitoramento pós-distribuição e pós-uso dos produtos importados pelos serviços de saúde e para que os casos de queixas técnicas e eventos adversos identificados sejam informados à Anvisa, por meio dos sistemas de informação adotados;

VI - responsabilizar-se pelo recolhimento dos produtos importados, em caráter de excepcionalidade, quando determinado pela Anvisa.

(...)

(g.n.)

2.5 Dos requisitos para importação

Importante destacar ainda que o Ministério da Saúde deve atender a **todos os requisitos regulatórios/sanitários vigentes** necessários à internalização e utilização do produto no Brasil, bem como submeter o processo de importação para análise através de peticionamento nesta Agência, conforme Cartilha do Peticionamento de Licença de Importação por meio de LPCO de Comércio Exterior, disponível em <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/portos-aeroportos-e->

fronteiras, e incluir na aba "Documentos Anexados" da LPCO, a cópia do Ofício de autorização para importação em caráter excepcional, ou informar o número do processo SEI de concessão da excepcionalidade.

Como o produto objeto da importação não é regularizado na Anvisa, não é possível atestar a sua qualidade, segurança e eficácia, **ficando o Ministério da Saúde responsável** por avaliar o benefício/risco da sua utilização no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo o monitoramento de quaisquer eventos adversos ou queixas técnicas.

Caberá também ao MS assegurar que orientações de uso, conservação, manuseio e dispensação sejam providas aos pacientes e profissionais/serviços de saúde, em língua portuguesa, conforme legislação sanitária vigente.

Subsídios para a análise:

Gerência-Geral de Medicamentos - GGMed - 3047962
Gerência de Inspeção e Fiscalização Sanitária de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos - GIMED/GGFIS - 3057515
Posto de Anuência de Importação de Medicamentos - PAFME/GCPAF/GGPAF - 3055941

Referências do MS:

NUP-MS 25000.089444/2024-92
Ordem de compra - 24-00008591

3. Voto

Considerando tratar-se de importação de produto para atendimento de programa de saúde pública; a missão da Anvisa e o interesse da saúde pública; o impacto que o não fornecimento do produto poderia causar na saúde dos pacientes que dele necessitam; que na importação em caráter excepcional de produto sem registro é de **responsabilidade do importador (MS)** garantir a eficácia, segurança e qualidade do produto, inclusive o monitoramento do seu uso **e o exercício da farmacovigilância e do controle de mercado**; considerando ainda que a Lei nº 9.782/99, no § 5º do Art. 8º prevê que esta Agência "*poderá dispensar de registro os imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas*", nos termos do Art. 3º da Resolução- RDC 203/2017, **manifesto-me FAVORÁVEL** ao pleito e **voto pelo DEFERIMENTO do pedido.**

Ressalta-se que:

➤ O Ministério da Saúde é responsável por avaliar o benefício/risco da utilização do produto no Sistema Único de Saúde (SUS), incluindo o monitoramento de quaisquer eventos adversos ou queixas técnicas, devendo ainda atender a **todos os requisitos regulatórios/ sanitários vigentes** necessários à internalização e utilização do produto no Brasil.

➤ O deferimento do caráter excepcional para a importação **não isenta** o importador de preencher os demais requisitos estabelecidos pela Resolução- RDC nº 81/2008 para a liberação dos produtos importados.

➤ A importação do quantitativo total autorizado [**100.020 comprimidos dispersíveis, do medicamento deferaxirox 125 mg, fabricados por Sun Pharmaceutical (Índia), referentes à APO 24-00008591**] poderá ser efetivada em remessa única ou fracionada, **até 30/08/2025.**

Encaminho a decisão final à soberania da Diretoria

Colegiada da Anvisa por meio de **Circuito Deliberativo.**

Encaminhe-se à SGCOL para as providências de seu âmbito.
Comunique-se a PAFME/ GCPAF/ GGPAF para os fins recorrentes, após decisão final.
Oficie-se o Ministério da Saúde após decisão da DICOL.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Barra Torres, Diretor-Presidente**, em 09/07/2024, às 17:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **3060727** e o código CRC **DD966A9F**.

Referência: Processo nº
25351.809092/2024-12

SEI nº 3060727